



Na altura em que São Tomé e Príncipe se tornou independente, o país tinha quatro licenciados. Quase meio século depois, a história e a identidade destas duas ilhas no Golfo da Guiné são umas poucas páginas num manual escolar e é preciso um aluno estar matriculado na escola portuguesa para ter como disciplina obrigatória o crioulo são-tomense. Na escola pública só se ensina em português.

Nem forro ou santomé, nem angola ou ngolá, nem lungu'yé (ou lungu'ié, que isto de não se ensinar as línguas nacionais, torna difícil assentar a sua escrita), nem crioulo cabo-verdiano (falado pelos descendentes dos cabo-verdianos que os portugueses

trouxeram e hoje são parte importante dos 215 mil habitantes) – nenhum dos múltiplos idiomas destas “ilhas Babel”, como lhes chamou o holandês Tjerk Hagemeijer, co-autor com Gabriel Antunes de Araújo do *Dicionário Livre Santomé-Português*, se ensina na escola. “Mas só uma minoria fala o chamado ‘português-padrão’”, conta ao P2 a poeta Conceição Lima, “a esmagadora maioria fala a variedade são-tomense do português que pode colocar sérios problemas de compreensão a falantes da língua portuguesa de outros espaços da CPLP.” Conversámos com Conceição Lima no café-restaurant do Hotel Avenida, ponto de encontro da elite intelectual da ilha, onde costumam ficar hospedados os professores convidados da Universidade de São Tomé e Príncipe.

O problema foi-se arrastando ao longo dos

anos sem solução à vista e até já há gente a propor que se adopte o modelo cabo-verdiano, com o crioulo são-tomense como primeira língua e o português-padrão como segunda. “[Mas] não vejo as elites são-tomenses considerando sequer essa hipótese, embora não apresentem soluções para o crónico défice de aproveitamento dos estudantes na disciplina de Língua Portuguesa”, acrescenta a também jornalista, que trabalhou como correspondente do PÚBLICO e no serviço em português da BBC.

“Quando eu entrei para a escola, ainda na primeira classe, a minha professora de Português dizia a todos os alunos: ‘Se em casa a mãe ou o pai falarem convosco em dialecto [como chamavam ao crioulo na altura], respondem em português’”, conta o pintor Olavo Amado, num diálogo

promovido pelo P2 sobre questões de identidade, juntamente com os artistas Kwame Sousa e Catita Dias, no espaço da CACAU – Casa das Artes, Criação, Ambiente e Utopias (criado por João Carlos Silva e a mulher, a historiadora Isaura Carvalho, que já morreu).

“Dentro de minha casa era proibido falarmos o dialecto, o nosso crioulo, porque era considerada língua inferior”, conta Kwame Sousa, que só aos 19 anos começou a aprender a língua. “E aprendi a falar o dialecto depois de ter saído de São Tomé. Quando voltei, é que me interessei, porque percebi que pertencia a algum lugar que não era onde estava a viver e a estudar.”

“Como é admissível a escola portuguesa ter língua nacional como disciplina obrigatória e a nossa escola pública não ter?!” questiona Kwame Sousa. Aos 41 anos,

DANIEL ROCHA



Partido ou partida, as duas palavras que moldam a ambição dos são-tomenses

Reportagem Aqueles que não apontam ao aeroporto sabem que a vida precisa de um cartão de militante para ficar mais fácil. Como diz a poeta Conceição Lima, “a micronação multicultural” que é São Tomé e Príncipe sofre da “incapacidade de forjar uma visão” que possa construir uma identidade. O que leva o *chef* João Carlos Silva a lançar a pergunta: “Cinquenta anos depois, somos capazes de continuar a ser um país independente?”

Por António Rodrigues, em São Tomé

este artista plástico de renome internacional criou este ano a primeira escola informal de Artes em São Tomé. O Atelier M é o único programa de educação artística no país: uma escola gratuita financiada com as vendas das obras do artista.

Sem política cultural

Em São Tomé e Príncipe, as expressões artísticas e a identidade cultural não dependem de políticas nacionais, não funcionam promovidas pelo governo, pelas instituições do Estado, navegam à bolina sopradas pelo empenhamento de uns poucos que contrariam o marasmo público generalizado. “Um dos sectores que deviam ser agarrados pelo Estado e apoiar muito mais na construção da identidade seria a nossa cultura, mas vamos ver o sector da

cultura e as realizações que acontecem são de heróis anónimos. O Estado não está nem aí para aquilo que é cultura”, diz Alexandre Cardoso, da Federação das Organizações não Governamentais (FONG) de São Tomé e Príncipe. “Não temos uma agenda cultural que seja do Estado. Temos coisas que acontecem, por exemplo, na CACAU, mas é uma iniciativa privada; do Estado não há.”

As referências são poucas, portanto, contadas pelos dedos. Primeiro foi o *chef* e dinamizador cultural João Carlos Silva, a quem Kwame, Olavo, Catita e outros artistas são-tomenses devem o seu despertar para a arte e para a cultura.

O homem do programa de televisão Na Roça com os Tachos, desde que regressou a São Tomé e Príncipe, foi-se multiplicando em projectos e mais projectos que o impulsionaram para um lugar de herói

cultural, como um Gulbenkian sem fundação nem dinheiro do petróleo, mas com a mesma capacidade de fazer pelas suas ilhas o que fundação do arménio fez pela cultura portuguesa a determinada altura – até vai ter a sua própria biblioteca itinerante num autocarro Tata, a Biblioteca Itinerante Isaura Carvalho, que se irá desdobrar também em PICA - Ponto Itinerante de Cultura e Ambiente. Não fosse a pandemia e já estaria a percorrer todos os distritos de São Tomé.

“Por desconhecimento, por parte dos primeiros líderes, da realidade que vieram encontrar, uma vez regressados de um prolongado exílio, pela contínua incapacidade de forjar uma visão que inscrevesse a pluralidade da nova nação, unindo-a em torno de referências comuns sem rasurar as especificidades e, pela ausência de políticas culturais, sim, creio

que os políticos falharam e têm vindo a falhar na consolidação de uma identidade são-tomense”, explica Conceição Lima.

A esta altura, o “risco de perder a identidade” é enorme, diz Aires Bruzaca de Meneses, o ex-reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe, a primeira universidade pública do país, criada em 2014. Por isso, “é preciso que aqueles que estão vocacionados para dirigir o país ouçam e percebam que existe esse risco de a sociedade efetivamente desaparecer”.

“Têm faltado na verdade motivos interessantes para nos orgulharmos mais do país que temos”, diz João Carlos Silva. “São Tomé não tem orgulho nacional, não tem, infelizmente”, concorda Deodato Capela, director executivo do Centro de Integridade Pública (CIP) e coordenador do projecto anticorrupção. →

“Nós gostamos muito pouco de nós”, afirma Kwame Sousa. “Estamos fechados entre quatro paredes; aqui não tem como fugir, esta insularidade também causa que busquemos outras coisas.”

Aposta grande na educação

Guilherme Posser da Costa, antigo primeiro-ministro e várias vezes ministro dos Negócios Estrangeiros, candidato derrotado na segunda volta das eleições presidenciais que se realizaram a 5 de Setembro, membro do Movimento de Libertação de São-Tomé e Príncipe, o antigo partido único, discorda que os sucessivos governos não tenham investido na educação: “Temos uma aposta muito grande na educação; o índice de alfabetização em São Tomé é altíssimo.”

Mas, então, como se explica a diferença de evolução entre dois países insulares com histórias idênticas, como São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, povoados e colonizados pelos portugueses, na costa ocidental africana, que chegaram à independência na mesma altura e em condições muito difíceis? Mais ainda quando “São Tomé e Príncipe é um país verde”, com “boas condições para a agricultura”, enquanto Cabo Verde, “de verde só tem o nome”, como diz Aires Bruzaca, doutorado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com uma tese sobre *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*.

O grande problema, diz Posser da Costa, que é um dos que estudaram fora – formado em Direito na Universidade de Coimbra – e regressaram, é o ponto de partida dos dois países. A diferença de evolução está no facto de, na altura da independência, Cabo Verde ser “um viveiro do regime para a formação de quadros para a administração colonial”, enquanto em São Tomé não havia qualquer preocupação com o desenvolvimento da população, que servia apenas como mão-de-obra para o trabalho duro das roças.

Como salienta Aires Bruzaca, na altura da independência, havia quatro licenciados são-tomenses a trabalhar no país, “dois na área da saúde, dois na área da educação, portanto, toda a nata de quadros que hoje o país tem é resultado das novas políticas”.

“Nós investimos muito na educação depois da nossa independência”, sublinha Posser da Costa. “Mandámos centenas de estudantes estudar no estrangeiro, no bloco soviético, em Cuba, França, Portugal.” O grande problema reside na falta de empregos e de condições de trabalho no país para dar aos são-tomenses formados, campo propício à “fuga de cérebros”, explica o ex-candidato presidencial na sala de reuniões do seu escritório de advocacia, no centro de São Tomé, com uma carta cartográfica do país como pano de fundo.

“Cabo Verde dará provavelmente melhores condições aos seus quadros para se instalarem e residirem no país, e nós, os bons quadros que temos lá fora, bons engenheiros, bons médicos, se vierem para São Tomé, vão ter condições de vida nitidamente inferiores às que têm lá e, por maior que seja o patriotismo, depois começam a ter os filhos, criar família e acabam por ficar fora do país”, diz.

Carlos Vila Nova, o novo Presidente de São Tomé e Príncipe, reconhece ao P2, no salão adjacente ao seu gabinete, no bonito palácio presidencial com vista para a baía Ana



Chaves, o êxodo dos melhores para o estrangeiro: “Dá mais gosto viver em países onde haja uma educação digna [e,] hoje, Portugal oferece-nos isso muito mais facilmente que São Tomé e Príncipe - daí eu compreender as razões para muitos dos nossos jovens procurarem a aprendizagem em Portugal.” Todos os dias úteis, à porta da embaixada portuguesa, na marginal da cidade de São Tomé, filas de jovens aguardam para regularizar a situação dos vistos para partirem para Portugal. Ganham bolsas de estudo para cursos técnicos, vão para Penafiel, Viana do Castelo, Porto, Coimbra. Mas, contrariando o sentimento generalizado e as palavras do próprio Presidente, desde a Nayra, de 19 anos, ao Gibson, de 23, passando pelo Mauro, de 22, o Walton, de 20, e a Rutiel, também de 20, só Nayra e Walton admitem que, se tiverem oportunidade, não voltam. Os outros querem “dar o contributo para o desenvolvimento do país”.

Walton tem a sua teoria: “Ajudar ao desenvolvimento também pode ser noutra lado do mundo. Se eu um dia for conhecido, vão dizer ‘esse aí é são-tomense’ e esse é o meu contributo para o meu país.”

Sem cidadania

Mas se o investimento na educação foi muito, como diz quem já foi governante, para onde foi? Onde está o desenvolvimento impulsionado por essa multidão de técnicos, de licenciados, de mestres e doutores? Aires Bruzaca, “homem da educação”, como ele próprio faz questão de se definir, é taxativo: “Nos últimos 40 e picos de anos, se há algum sector em que São Tomé e Príncipe falhou redondamente é no sector da educação.”

“As entidades políticas fazem um grande alvoroço, porque construímos muitas escolas, porque formámos muita gente, porque mandámos muita gente estudar lá fora”, diz o ex-reitor, “mas isso não é a essência da questão - a essência da questão é formar o cidadão, formação essa que não passa pelos canudos que tem.”

Faltam “políticas concretas que permitam a formação da cidadania”, que tem de passar “pela ética”, que tem de passar “pelo reconhecimento da cultura”. Sem um poder político que consiga repensar o que quer em termos culturais, o país definha, descaracteriza-se e, “se a cultura morre, morre um povo”, sintetiza Aires Bruzaca.

“É de autoconhecimento que estamos a

falar, da preservação da identidade que nos distingue como povo e como nação num mundo onde a marcha das forças globalizantes e homogeneizantes é inquestionável e, não raras vezes, avassaladora”, refere Conceição Lima. “Como interpretar e compreender o presente e os seus imensos desafios, se o passado, a história, são relegados para o esquecimento e a memória apagada?”

A sociedade são-tomense surgiu “da junção de pessoas que vieram de várias partes do mundo, europeus, asiáticos, africanos”, é uma sociedade que corre o risco de se desfazer, quando ainda está a ser construída, diz Aires Bruzaca. “Temos vários estratos de cultura em São Tomé e Príncipe, mas não temos uma política cultural”, um facto que pode resultar numa tragédia, como insiste o professor. “Um país que não consegue identificar a sua cultura, a prazo, pode desaparecer”, conclui.

“Não ensinar de forma sistematizada ou não ensinar de todo, na escola, quem somos, os aspectos essenciais da nossa história, da nossa cultura, dos traços fundamentais que nos singularizam, nos particularizam, é não ter em conta um imperativo existencial, enquanto nação”, diz Conceição Lima. E pergunta-se: “Qual pode ser a capacidade de gerações que desconhecem a realidade, histórica, cultural, e não só do seu país, de, com um sentido crítico, agir e actuar no sentido de uma mudança positiva, no sentido de transformar o que precisa de ser transformado e de preservar o que deve ser preservado?”

A democracia são-tomense, para Catita Dias, é culpada pela “não-existência de uma certa identidade local”. “A nossa democracia ou a camada política desvaloriza tudo aquilo que é identidade nacional. Não introduzem nem estudos, nem pesquisas, nem incentivam a questão da literatura na língua local. Não incentivam as manifestações culturais, a dança, os stleva, o carnaval local, os socopés, quase que têm aversão a isso.”

“Culturalmente somos muito completos, mas acaba por ser inútil, porque não se faz nada”, diz Kwame Sousa. João Carlos Silva sublinha: “Com 50 anos de independência devíamos ter feito muito mais.” Deviam as autoridades ter aproveitado “a diversidade cultural estonteante num país tão pequeno” que se fez “por via da mistura”, pela acção colonial portuguesa, no “muito de mau” que teve e no “resto de bom” que deixou, “que é esta síntese”.



O tema da VII Bienal das Artes, *Redesign Síntese STP*, que se realizou em 2016 no espaço da CACAU, reflectia sobre isso – como se poderia redesenhar o futuro do país, partindo da potencialidade da sua cultura única, de “laboratório do Atlântico” ou de “pré-Brasil”, como refere João Carlos Silva, numa conversa afluída num dos seus almoços de degustação de pratos reinventados a partir de receitas tradicionais e produtos locais na roça São João, no Sul de São Tomé, e consubstanciada numa das mesas do café/restaurante da CACAU, no centro da capital.

“Mas para redesenhar São Tomé e Príncipe é preciso quase um redesenho político, que é o mais difícil e complicado”, reconhece. “[Mas] eu tenho alguma esperança de que as coisas, a prazo, venham a mudar, porque, independentemente das asneiras que as autoridades vão cometendo”, afirma, por seu lado, Aires Bruzaca, “uma parte considerável da sociedade começa a sentir-se farta disto [e] vai começar a exigir das autoridades que façam as coisas correctas pela sociedade.”

Um pensamento esperançoso sobre o peso de uma sociedade civil ainda embrionária e com pouca capacidade para exigir seja o que for, até porque não sabe bem aquilo que pode e não pode exigir e aquilo que realmente quer exigir a quem a governa.

“Infelizmente, a sociedade civil é o espelho da sociedade no geral”, lamenta Deodato Capela, director executivo do CIP. “As suas fragilidades são as mesmas.” Não só é difícil encontrar um membro da sociedade civil que “não tenha afinidade político-partidária”, como também quase não há jornalismo, nem jornalistas fora do âmbito do Estado “e, quando há, é o próprio governo que manda fechar, acabar com os programas, como ocorreu na rádio Jubilar,

NUNO FERREIRA SANTOS



NUNO FERREIRA SANTOS



com um programa que estava a incomodar o governo”.

Quando alguma organização da sociedade civil consegue fazer algum trabalho, diz Capela, “os grupos políticos tentam destruir essas organizações ou entrar e apoderar-se delas, de maneira a politizá-las”. Daí que a “a sociedade civil em São Tomé e Príncipe seja uma máscara” para os partidos políticos, muito descredibilizados, fazerem “pressão, lobby ou críticas”. A realidade “é triste”, admite o director do CIP, porque “o partido político sobrepe-se a tudo, todos são deste ou daquele grupo”.

Alexandro Cardoso afirma que “fica bem” ao Governo e aos partidos políticos “dizer que a sociedade civil é aceitável”, e até reconhecerem o seu trabalho, “mas na prática não é bem assim”. O que acontece,

Redesenhar um país

No topo, à esquerda, Kwame Sousa, 41 anos, artista plástico de renome internacional que criou este ano a primeira escola informal de Artes em São Tomé. O Atelier M é o único programa de educação artística no país: uma escola gratuita financiada com as vendas das obras do artista. Em cima, vista da ilha de São Tomé a partir da roça São João dos Angolares, Santa Cruz, onde o chef, empresário e divulgador cultural João Carlos Silva (em cima) gere um restaurante: “Para redesenhar São Tomé e Príncipe, é preciso quase um redesenho político, que é o mais difícil e complicado”

realmente, é a sociedade civil ver-se a braços com a “resistência” na passagem de informações. “Nós não temos uma lei de acesso a informação pública e isso tem impossibilitado o trabalho”, a que se junta a dificuldade no “acesso aos decisores ao mais alto nível”. “A FONG e mais algumas organizações da sociedade civil têm um pedido de audiência com o nosso primeiro-ministro já faz tempo e até agora não há resposta.”

Servilismo e cidadania

“Continuamos a ser um pouco servís, não tanto civís”, afirma João Carlos Silva, admitindo que possa estar a ser um pouco duro na observação, embora seja uma reflexão que deriva de uma constatação óbvia – pessoas mais preocupadas em conseguir alimento no dia-a-dia têm menos tempo e energia para reclamar ao Estado e ao governo que as informem sobre como estão a gerir a coisa pública.

Ou, como diz, Alexandro Cardoso, “a democracia é uma coisa muito bonita, mas, sem recursos para a satisfação das necessidades básicas das pessoas, essa democracia é fragilizada”. Portanto, “para se ser civil e livre há que haver apropriação de alguma riqueza e de algum poder”, nas palavras de João Carlos Silva, “porque, se a classe média tiver condições, fica mais disponível para essa sua assunção de cidadania activa e participativa”.

Mas enquanto não se cose a sociedade civil, para usar uma expressão do empresário e dinamizador cultural, de maneira a que possa interpretar o seu papel na democracia, há que “contar com os partidos políticos”, que deveriam concertar pactos de regime, em áreas como a da preservação do património natural e cultural, de modo a poder adoptar políticas a longo prazo em questões demasiado importantes para estarem sujeitas ao rame-rame da politiquice quotidiana.

“A bem da nação e do Estado, deveria haver esse pacto de regime. É verdade que, quando assistimos a tudo o que aconteceu nos últimos tempos, e mesmo agora nas últimas presidenciais, vemos com alguma tristeza que estamos longe de o poder fazer”, lamenta João Carlos Silva, que nem sequer está muito optimista em relação à possibilidade de os mais novos poderem romper com este estado de coisas.

“Deveríamos pôr quase todas as nossas fichas na nova geração – só que a nova geração já está contagiada com o vírus do muito mau que existe na governação, nas forças partidárias, na política são-tomense. A maior parte dos jovens com pretensão, ou que quase naturalmente vão ser políticos deste país, já está contagiada com o vírus do mal.”

Máquina do Estado tomada

A máquina do Estado, que ocupa quase tudo e emprega quase todos, mantém-se tentacular e atractiva, como um peixe-balão que todos sabem que pode matar o futuro do país, mas a que ninguém parece resistir como ambicionada iguaria. Daí que a cada eleição se ponha a democracia em causa, numa luta quase fratricida pelo acesso às virtualhas públicas (como aconteceu nas recentes eleições presidenciais), e logo a seguir se acalme, na expectativa da distribuição seguinte do bojo.

Toda a gente reconhece o estado das coisas e há até quem tenha formas de solucionar o problema, mas ninguém parece capaz de limitar essa entrada e saída de gente a cada eleição, legislativa principalmente. O novo Presidente, Carlos Vila Nova, sublinha que a situação “tem afectado o funcionamento normal” da administração e que chegou altura de lidar com a questão e “trabalhar a todos os níveis, ao nível partidário, ao nível da sociedade civil, sobretudo, ao nível das estruturas superiores do Estado”. Mas também referiu que só pode usar a sua magistratura de influência, porque, “o governo é o patrão da administração pública, portanto, cabe ao governo fazer isso”. E, contudo, antes fez parte do executivo de Patrice Trovoada (2014-2018) e era deputado até se lançar na corrida à presidência sem que nada tivesse sido feito para alterar o estado das coisas.

O tema “já foi falado várias vezes, mas nenhum governo tomou essa decisão”, reconhece Posser da Costa, candidato que Vila Nova derrotou nas urnas. “Uma das condições para que haja instituições democráticas fortes é a despartidarização da administração pública até a um determinado nível”, diz. “Temos de definir claramente quais são as funções que são de confiança política; as outras terão de ser de carreira.”

“O que todos os partidos devem fazer é trabalhar no sentido de convencer os seus militantes que nem toda a gente tem competência para exercer determinado tipo de funções. E não ceder a pressões, porque qualquer partido político é confrontado com pressões enormes para preencher os quadros da administração e, uns mais e outros menos, cedem a essas pressões”, acrescenta o ex-primeiro-ministro.

“O problema que está a acontecer em São Tomé e Príncipe é que todo o mundo quer safar-se – os alunos querem safar-se, os professores querem safar-se, os reitores querem safar-se, os políticos querem safar-se, todo o mundo quer safar-se e eu acho que não vamos a lado nenhum”, afirma Aires Bruzaca.

“Os jovens queixam-se realmente disso. ‘Ou entro para um partido, ou tenho de sair do país’”, afirma Posser da Costa. “Mas há jovens que já demonstraram a sua competência. Estão na administração pública e não têm qualquer filiação política.” Não deixam de ser excepções, exemplos, vislumbres de um futuro longínquo, porque “num universo tão pequeno como o [são-tomense], com tanta falta de emprego e em que o Estado é o maior empregador, existe esse pensamento que vai fazendo o seu caminho”.

“Todos os partidos políticos falam da despartidarização, mas quase nenhum a faz”, porque na verdade são verdadeiros mecanismos para safar. Como explica Deodato Capela: “Se inquirirmos cada militante dos partidos, [percebe-se que] estão lá a realizar os seus interesses pessoais e profissionais na única máquina que atribui emprego que é o Estado.” Por isso, os partidos são mais grupos de interesses do que realmente movimentos políticos, com ideologia e programa. Não é algo exclusivo deste país insular africano – aliás, nesse aspecto, até se assemelha a outros cenários actuais, em democracias mais consolidadas, em que os partidos com ideologia são mal vistos e o que é moderno é não ser de direita, nem de esquerda e mover-se por um qualquer outro interesse. →

A democracia de São Tomé e Príncipe até está muito bem vista internacionalmente, em que o hábito é considerá-la uma das estáveis de África, pela sua realização regular de eleições, mas sem esmiuçar a qualidade das instituições, sem sequer ouvir os gritos de fraude que transformam cada sufrágio numa quase questão de vida ou de morte. Sem escutar aquilo que o P2 ouviu na capital do país – que o que está à vista é uma democracia de fachada. “É muito forte dizer que temos uma democracia de fachada, mas isso não é verdade, porque não são só os actos eleitorais que definem o Estado democrático. Temos liberdade de expressão, é um país onde não há presos políticos, onde as pessoas não são perseguidas politicamente”, refuta Posser da Costa.

Futuro ameaçado

Sem perspectivas de mudança, impera um discurso que ameaça o futuro do país, abrindo ainda mais as comportas aos que, não tendo vocação partidária ou que, tendo-a, não confiam nos actuais partidos, pretendem partir para sempre. Ficam apenas os que não podem partir ou os que apostam as fichas na carreira política, para salvaguardar interesses vindouros.

Como conta Olavo Amado: “O próprio discurso dos nacionais é dizer: ‘Porque é que nos tem de interessar o que é daqui? O meu filho vai crescer lá fora, não vai viver aqui, porque aqui já não tem oportunidades.’” De modo que preservar uma identidade marcada é apenas um empecilho para quem queira partir para não mais voltar.

“Eu critico, mas concordo plenamente: vou ter identidade na pobreza? Eu prefiro não ter identidade e ter comida na mesa todos os dias. O que é a identidade, se estou a passar fome?”, questiona Kwame Sousa.

“A identidade nacional são-tomense vai morrer com a geração dos 1980. Os miúdos da geração de 1990 não sabem nada da nossa cultura. E não há nenhum trabalho a ser feito para solucionar isso. As políticas locais são definidas para o enriquecimento de um certo número de pessoas que não quer saber de identidade. Se querem comprar um quadro, se não houver uma mulher com um bebé nas costas ou um pescador, não compram, dizem logo: ‘Essa coisa não é nossa!’”, acrescenta.

Na sociedade global hipermediatizada actual, conhecer a história de um *rapper*



WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL/CREATIVE COMMONS

norte-americano é mais fácil do que ouvir as histórias tradicionais, as chamadas *soyas*, até porque, causa ou consequência, os contadores de histórias estão a desaparecer. No *Dicionário Livre Santomé-Português* (2013), os autores agradecem a “dois mestres da *soya*, já falecidos, Sabino Manuel Rosário de Maiança e Serafina Bonfim de Almeirim”.

“O mediatismo contemporâneo é tão avassalador que, se não houver um trabalho de fundo, sem discussões sérias sobre identidade e preservação da identidade”, esta corre riscos de desaparecer, refere Kwame Sousa. Como explica Conceição Lima, “um aparelho do Estado fragmentado e em crises cíclicas”, cada vez mais afastado do “conjunto da nação”, “não concorre para a consolidação da identidade são-tomense”.

“Estamos a perder a identidade”, confirma Alexandro Cardoso. “A nova geração se calhar nem sabe quem foi o Amador”, que liderou no século XVI uma revolta de escravos e se tornou uma das poucas figuras mitológicas da história de São Tomé e

Memória

No topo, a poeta Conceição Lima. Em baixo, estátua de homenagem a Amador, que liderou no século XVI uma revolta de escravos. Monumento foi inaugurado há três anos na Praça da Cultura; e Aires Bruzaca de Meneses, ex-reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe

Príncipe (juntamente com Yon Gato, um fazendeiro mestiço que liderou um protesto de proprietários nativos, também no século XVI). O rei Amador, com a imagem nas notas de dobras, estátua numa rotunda na capital e feriado a 4 de Janeiro, é a grande referência histórica num país onde elas não abundam. As ilhas nem sequer tiveram luta armada com heróis para suprir a falta de páginas do passado sem a presença do colonizador.

“A política, a quase omnipresença e onipotência dos políticos, apropriou-se do quotidiano e da vida social nos diferentes escalões, condicionando o próprio imaginário da nação”, explica a poeta Conceição Lima. Já não se sonha com ser professor ou médico. Os jovens “querem ser deputados, ministros, enfim, exercer um alto cargo político. É como se a política fosse o melhor ou mais rápido caminho para a ascensão social”. Venera-se a política, mata-se o panteão. “Num país que nunca foi, nem poderia ter sido, um viveiro de heróis”, nem o rei Amador mobiliza e o 4 de Janeiro resume-se a “um ritual de tributo por parte de políticos e decisores culturais”. Porquê? “Há quem defenda”, diz Conceição, “que o significado do seu exemplo esteja a ser mal transmitido. Não é estudado nas escolas e talvez fosse necessário ajustar a importância da sua figura e do seu feito à realidade actual, equiparando-os, por exemplo, à importância dos valores da liberdade e da cidadania.” É algo que parece pouco

provável, pois nem a ordem de mérito que se planeou em seu nome, como a mais importante ordem atribuída no país, durante o Governo de Gabriel Costa, se concretizou, porque havia pessoas na organização, conta Kwame Sousa, que “punham em causa a existência do rei Amador”. O artista vai mais longe e lembra a estátua do líder dos escravos revoltosos, inaugurada há três anos pelo então Presidente Evaristo Carvalho: “A forma como foi produzida e colocada no meio da cidade é um caganito do rei Amador. Nós devíamos fazer um rei Amador como se desenhou Golias! Alguém que chegasse aqui iria pôr em causa a existência do rei Amador?! Isso faz parte da identidade, a identidade também é construída.”

Nestas “ilhas paradoxais do Sul do Sara”, como lhes chamou Alda do Espírito Santo, referência mor da cultura são-tomense, come-se muito o arroz que se importa e não se bebe o café que se produz. É um país que, devido à exiguidade espacial e à pouca população, acaba por ficar atado por laços de parentesco, a “inevitável proximidade social e a personalização, um dos traços definidores da política e da sociedade são-tomenses”, diz Conceição Lima.

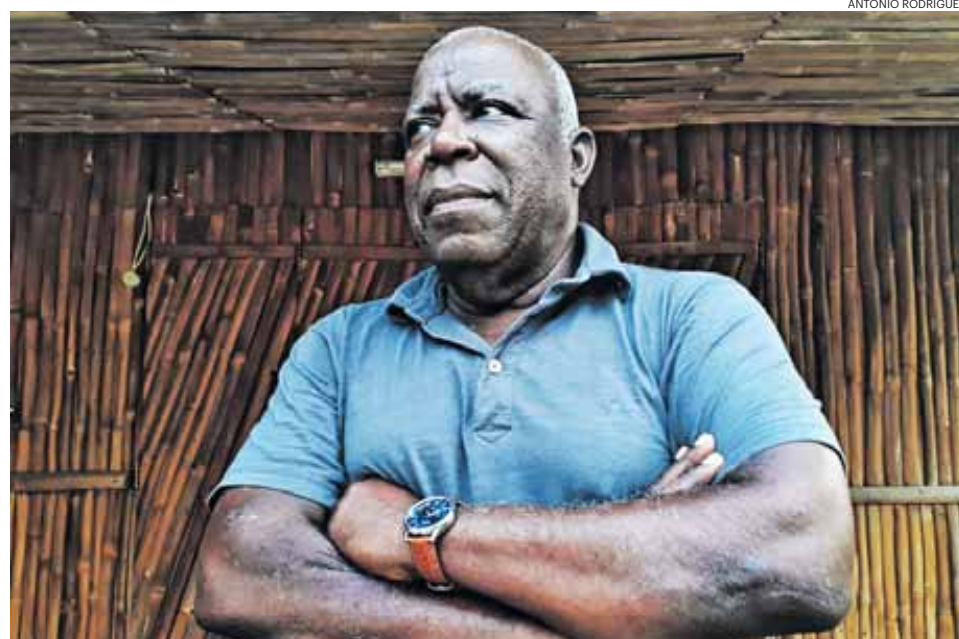
Um país indeciso em várias encruzilhadas, na concepção de João Carlos Silva, um homem que continua a fazer coisas num lugar onde fazer coisas ainda cria desconfianças, caminhando para um beco, “fechando todos os sentidos” em relação aos males de que sofre. “Desde a cidade ao campo, no país todo”, aquilo que se vê “é a manifestação mais do que evidente de que não somos capazes”, diz o proprietário da Roça São João. “Deveríamos perder os medos e colocar o dedo na ferida: 50 anos depois somos capazes de continuar a ser um país independente? Essa é uma grande questão que se coloca hoje e devemos discuti-la. Se sim, e eu acredito que sim, o que devemos fazer para nos orgulharmos mais e melhor do nosso país? Esta é a grande questão e faz parte do futuro mais próximo e do futuro a médio e longo prazo.”

com Manuel Barros, em São Tomé

Reportagem realizada com o apoio da Bolsa de Criação Jornalística sobre Desenvolvimento, promovida pela ACEP e pelo CEsa/ISEG, com o apoio do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua



ANTÓNIO RODRIGUES



ANTÓNIO RODRIGUES